



Brújula
Volume 10 • Spring 2015

Enfoques

O lugar mais selvagem é a floresta: Colonialismo e ambientalismo na formação do território do Tocantins

Marina Haizenreder-Ertzogue & Marcelo Santos Rodrigues
Universidad Federal de Tocantins

A utilização dos recursos naturais no planeta tem sido alvo de crescente atenção por parte dos meios de comunicação, dos legisladores governamentais e de ONGs. As causas do desflorestamento ainda não são bem compreendidas e a questão ambiental está presente em diversas áreas do conhecimento. Nessa perspectiva questiona-se: Será possível escrever uma história da floresta? - “Talvez não”-, respondeu Warren Dean. Para o historiador norte-americano, a história sempre se ocupou das ambições e frustrações humanas. Então, como registrar a história de outras espécies quando suas ações carecem de qualquer outra intenção além de procriar e sobreviver? Warren Dean argumenta: “seria

mais cômodo acreditar que outras espécies nessa planície sombria não podem desempenhar qualquer papel no teatro da história humana salvo de cenário, mesmo quando a peça é sobre a eliminação do cenário” (277).

As inquietações de Warren Dean são compartilhadas por Donald Worster. Até o final do século XIX era consensual que a história se restringisse a política do passado. A partir do século XXI abriu-se um leque para novas abordagens historiográficas. Para Worster, os historiadores ambientais apresentam-se como um grupo de reformadores “que insistem em dizer que temos de ir ainda mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história” (199).

A Ferro e Fogo de Warren Dean (1995) e *Fruitless Trees* de Shawn Miller (2000) são obras fundadoras para a historiografia florestal sobre a América colonial portuguesa. A devastação da Mata Atlântica no Brasil para Dean e Miller está fundamentada no pressuposto de que a colonização portuguesa na América criou um modelo econômico de apropriação predatória dos recursos naturais, isto é, um modelo destrutivo imposto pelo colonialismo mercantilista.¹

¹ Uma leitura crítica dessa historiografia florestal tal como delineada por Dean e Miller, a partir de uma postura econômico-substantivista, pode ser conferida em Cabral, “Substantivismo.”

Colonialismo e ambientalismo:

Para tratarmos da transformação da paisagem a partir da apropriação predatória dos recursos naturais no território do Tocantins, (território que integra a Amazônia Legal),² investigamos relatos de cronistas, viajantes e memorialistas que percorreram a região, além de relatórios oficiais produzidos por comissões expedicionárias enviadas pelo governo imperial ao interior do Brasil.

Antes de analisar os relatos que apontam para a transformação da paisagem é necessário evidenciar que a primeira alteração ocorrida na América depois de sua conquista foi à propagação de plantas e animais provenientes do Velho Mundo. A aclimatação da flora e fauna européia, nas ilhas Canárias, estendeu-se às de Cabo Verde e Madeira, as Antilhas e, de lá, finalmente, ao continente americano, produzindo a primeira mudança na paisagem do Novo Mundo. No século XVI, o viajante que chegava ao México era surpreendido pela diversidade da paisagem agrícola. O milho, o feijão, a abóbora e a pimenta eram cultivados juntamente com o trigo e a cevada, as hortaliças e as frutas européias.

Enquanto na América espanhola os cereais rapidamente transformam a paisagem tradicional do campo, abrindo ao cultivo novas terras férteis, no Brasil,

² Com a Constituição Federal do Brasil, de 05.10.1988, é criado o Estado do Tocantins pelo seu desmembrado do Estado de Goiás. Cf. (Disposições Transitórias art. 13 e 14). Sobre a Amazônia Legal - Trata-se de um conceito político, não uma determinação geográfica, uma resolução sancionada em 1953, que incorporou à Amazônia Brasileira, o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul, (atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° de latitude sul). De acordo com a Lei 1.806 de 06.01.1953, a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, nesses termos apresentada perante a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região.

a alteração do ambiente físico e social, deveu-se a lavoura da cana-de-açúcar introduzida a partir de 1530, época em que aguçaram os interesses portugueses pela ocupação de sua colônia.

Na obra de Antonil *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, (1711) a floresta era um estorvo para o cultivo da cana: “feita a escolha da melhor terra para a cana, roça-se, queima-se, alimpa-se, tirando-lhe tudo o que podia servir de obstáculo” (112). Na lógica da exploração da natureza, a abertura contínua de fronteiras através das queimadas era a maneira mais fácil para o avanço na produção agrícola (157).

Enquanto no nordeste açucareiro expandia-se a agricultura extensiva pelo braço do escravo, nas terras longínquas de Goiás (1670),³ a paisagem permaneceu intocável até a descoberta das minas pelos bandeirantes paulistas. A transformação, ao longo dos séculos foi lenta na região. Com a descoberta do ouro ela prosperou, entretanto, logo entrou em declínio por causa das dificuldades para extração do minério e das cobranças exacerbadas de impostos por parte da metrópole portuguesa.

Com a decadência da mineração, a região norte dedicou-se à atividade agro-pastoril. Desde o século XX, o Estado do Tocantins figura como importante produtor agrícola no Brasil. A destruição ambiental apresenta-se como um fenômeno negativo, entretanto, atende a necessidade de ampliação do modelo

³ Data da entrada da bandeira paulista chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, o *Anhanguera*, em Goiás, a este bandeirante atribui-se a descoberta de Ouro na região.

agro-exportador, tornando-se imperativo para a dinâmica capitalista a mudança da antiga paisagem.

Podemos compreender melhor os efeitos da exploração predatória dos recursos da natureza lendo *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais*, do mineralogista José Vieira Couto, publicada em 1799. O autor afirma que o cultivador, com o machado em uma mão e o tição na outra, ameaçava extinguir as matas. “Uma agricultura bárbara, ao mesmo tempo, muito dispendiosa.” (319). Não desconsiderando as diferenças no contexto em que a obra foi produzida, as observações do autor não deixam de surpreender pela proximidade com a realidade no Estado do Tocantins, ilustrando a mentalidade daquele agricultor que:

olha ao redor de si para duas ou mais léguas de matas como para um nada, e ainda não as tem bem reduzido a cinzas já estende ao longe a vista para levar a destruição a outras partes. Não conserva apego nem amor ao território que cultiva, pois conhece mui bem que ele talvez não chegará a seus filhos. (319)

No período de estiagem, entre julho e setembro, no Tocantins e também na região norte e centro-oeste do país, multiplicam-se os focos de queimadas provocados pela ação humana para renovar pastagens ou regenerar florestas. Queimadas isoladas, aliadas ao clima seco, transformam-se em incêndios florestais de grandes proporções. Em agosto de 2010, o Parque Nacional do

Araguaia, na Ilha do Bananal, reserva de transição entre o Cerrado⁴ e a floresta amazônica, incluindo reservas indígenas, teve 48% da sua área, quase um milhão de hectares, destruídos pelo fogo.

A prática das queimadas utilizadas na renovação da vegetação é uma herança do passado colonial. Desde o século XVIII, de acordo com relatos de cronistas que percorreram a região, a devastação das florestas nativas justificava-se pela necessidade de roças para o cultivo do milho e da mandioca.

Pelo exposto é possível concluir que a destruição florestal no Tocantins atualiza práticas seculares remanescentes do período colonial, registradas na historiografia ambiental sobre a Mata Atlântica. Para compreender o processo de desflorestamento no Cerrado, seguiremos o roteiro dos viajantes pelas longínquas terras goianas.

Araras azuis, buritis e pequi

O lugar mais selvagem deve ser civilizado? Nos séculos XVI e XVII, no Novo Mundo, as notícias sobre exuberantes florestas sombrias que eram habitadas por criaturas fantásticas povoaram o imaginário dos primeiros cronistas europeus que dirigiram seu olhar às regiões dos trópicos. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, uma das primeiras medidas tomadas pelo

⁴ O cerrado é uma vegetação característica da parte central do Brasil. Ocupa cerca de 20% do território nacional. Trata-se de uma das principais áreas de ecossistemas tropicais da Terra, Os solos são geralmente antigos, quimicamente pobres e a paisagem é a caracterizada pela vegetação seca e arvores de pequeno porte.

rei de Portugal, dom João VI, foi a abertura dos portos a todas as nações amigas de Portugal. Essa medida criou condições para a vinda de naturalistas estrangeiros motivados pelas descobertas científicas. Dessa forma, cientistas europeus contribuíram para o progresso das ciências com a catalogação de espécies desconhecidas. No retorno à Europa, levavam da América, não apenas amostras, mas coleções fabulosas que enriqueceram os museus estrangeiros.

Tardiamente, em 1856, foram estabelecidas as instruções para o funcionamento da Comissão Científica Imperial composta exclusivamente por brasileiros. A proposta foi elaborada pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* no reinado de D. Pedro II. Seu objetivo: explorar o interior do Brasil, principalmente as áreas menos conhecidas e mais distantes. Outros objetivos eram: formar coleções para o Museu Nacional e incentivar as pesquisas científicas no Brasil.

Quando o viajante europeu chegou à América e avistou as matas virgens pela primeira vez, admirou-se com a grandeza de suas proporções e com o verde carregado e austero. Para conhecer toda a beleza das florestas tropicais era preciso penetrar naqueles retiros tão antigos como o mundo. A primeira impressão do botânico Auguste de Saint-Hilaire foi de deslumbramento: "nada aqui lembra a cansativa monotonia de nossas florestas de carvalhos e de pinheiros; cada árvore tem, por assim dizer, um porte que lhe é próprio; cada

uma tem sua folhagem e oferece freqüentemente uma tonalidade de verde diferente das árvores vizinhas” (*Viagens* 28).

Se para o naturalista francês a floresta Atlântica era deslumbrante pela variedade de suas espécies e exuberância das cores, porém, para o botânico alemão Carl Philipp von Martius, a floresta trazia-lhe a sensação de desconforto e angústia. No diário de viagem ele escreveu: “Escuro como o inferno, emaranhado como o caos, aqui se estende uma floresta impenetrável de troncos gigantescos, desde a foz do Amazonas até muito além do território português em direção a Oeste” (246).

Diferente da exuberante Mata Atlântica é a paisagem do Cerrado que é formada por pequenas árvores de troncos torcidos e de folhas grossas, esparsas, em meio a uma vegetação rala e rasteira. Por esta razão, Auguste Saint-Hilaire (1819); Johann Emmanuel Pohl, (1817-1821); George Gardner (1839-1840) e Francis Castelnau (1844), quando estiveram nessa região, em vez de descreverem essa paisagem, optaram pela descrição de elementos isolados da fauna e flora. As araras azuis, os buritis e até o pequi, fruta símbolo do Cerrado foram curiosidades registradas no diário desses viajantes.

Pela exuberância de suas plumagens, as araras encantavam os viajantes, embora houvesse quem achasse desagradável o seu ruído estridente, “enchendo o espaço com os seus gritos de *ará, ará, ará*, donde vem o nome indiano de arara”, Gardner (231). Entre a fazenda Jacu e Vila Boa, nas baixadas pantanosas,

Saint-Hilaire identificou “majestosos buritis” que serviam de abrigo para magníficas espécies de araras, cuja plumagem era completamente azul e amarelo (163). O viajante também identificou a fruta símbolo do Cerrado brasileiro: “Dou aqui o nome vulgar dessa pequena árvore como foi registrado, de acordo com minhas notas, na *Flora Brasiliae meridionalis*, mas, talvez o mais certo seria escrever *piqui*, de conformidade com a pronúncia. Trata-se evidentemente da mesma árvore que Casal registrou com o nome de *piquiá*.”

Outro viajante, Francis de Castelnau, deteve-se demoradamente sobre a melancolia da paisagem, em terras desabitadas entre os rios Araguaia e o Tocantins, onde a solidão era apenas interrompida pela presença de soberbas palmeiras do gênero *Mauritia*, (Buritis). Castelnau escreveu: “A elegância da sua folhagem é ainda aumentada pelo brilho de belas araras que de continuo estão ali pousadas, e cuja presença é já de longe denunciada aos viajantes pelos gritos de aturdir, que elas dão” (197).

Terra em Chamas: a transformação da paisagem

Os primeiros aventureiros, desbravadores do sertão de Goiás acreditavam na lenda do capim que crescia nas margens dos lagos com raízes cobertas de ouro e rios possuíam seus seixos compostos de esmeraldas, onde as ferramentas das nações indígenas eram fabricadas do mesmo metal com que se fundia a coroa dos reis na Europa.

Até o final do século XVII, em Goiás, a natureza conserva-se praticamente intacta e coexistiam no mesmo território fauna, flora e nações indígenas. A entrada das primeiras bandeiras paulistas teve a finalidade de cativar índios. Com a descoberta de ouro no interior do país, é que ocorreu o povoamento com colonizadores. Contudo, a mineração trouxe impactos controversos para o desenvolvimento da capitania. A vigilância das minas pelo governo português foi ostensiva e, por muito tempo, a navegação pelo rio Araguaia foi interdita pela coroa portuguesa, para impedir o contrabando de ouro extraído na província. Outra medida adotada foi a proibição de instalação de indústrias, além de restrições à circulação de pessoas no interior da província.

Em 1804, o bispo de Pernambuco, José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho, na obra intitulada *Memória Sobre as Minas de Ouro em Goiás* apresentada à *Academia Real das Ciências de Lisboa*, alertava a metrópole portuguesa dos inconvenientes da economia colonialista baseada na extração de ouro. Afirmou que essa atividade além de não promover a fixação de colonos, a mineração era exercida por escravos, a extração realizada às margens dos rios e de córregos degradava o solo: “ali tudo se transforma, a superfície fica coberta de cascalho e de terras, que depois de lavadas para nada mais servem” (23).

A estiagem de 1780 aumentou a situação de miséria da população. A seca de três anos foi seguida de enchentes que destruíram plantações e pastagens. Cunha Matto, governador da província registrou: “os rios assoberbados saíram

dos seus leitos, e, em sua impetuosa corrente, levaram arvores, casas, plantações e o próprio gado: parecia que tudo ficava submerso nas águas” (322). A paisagem transformava-se de acordo com a exploração econômica dos recursos naturais. Com a agricultura e pecuária vieram às queimadas, agravadas pela especificidade do clima extremamente seco da região, agravado pela ausência de chuvas em determinadas época do ano.

Em 1819, Auguste Saint-Hilaire relatou que no período da seca, a visão dos campos era de uma tristeza mortal. Naqueles que foram incendiados não era possível ver nada, a não ser a cinza negra. As folhas que restavam das árvores estavam completamente secas. Em outra passagem, o botânico descreve o contraste entre a paisagem incendiada e a vegetação castigada pela seca: “por todos os outros lugares em que não se tinha ainda posto fogo, a erva era de coloração parda, e as árvores esparsas no meio delas, ou estavam completamente despojadas, ou não possuíam mais que uma folhagem amarelada” (*Viagem* 189).

Em outro relato, o naturalista francês descreve os efeitos das queimadas à noite, cujas longas extensões de morros incendiadas lembravam gigantescas fileiras de lampiões luminosos rasgando a escuridão.

A chama que consome a erva dos pastos tem cor avermelhada e se alastra, de ordinário, em linhas que se vêm serpentear de várias maneiras, deixando entre elas pequenas interrupções determinadas

pela distância de um maciço de ervas a outro. Os morros que rodeiam a cidade ofereceram-me certa noite um espetáculo magnífico; pareciam iluminados por fileiras de lampiões dispostos em várias sentidos; algumas partes ficavam ainda em profunda obscuridade, enquanto outras eram iluminadas por uma luz viva que se refletia sobre a cidade. (170)

Sócio do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* e magistrado português, o pragmático Virgílio de Mello Franco, autor de *Viagem pelo interior de Minas Geraes e Goyaz*, publicado em 1888, relata os efeitos da exploração predatória dos recursos naturais no território de Goiás. Em relação às queimadas, Virgílio aponta contradições no método de “limpeza” da terra: “Ficam os campos talados, as pastagens destruídas, de modo que a criação de gado não encontra um fio de capim, uma touça de arbustos ou uma folha verde para comer” (109).

Em outra passagem, temos uma narração quase fantástica do furor do fogo das queimadas sobre os rios: “As grandes queimadas assolam e arrasam chapadões imensos por dezenas de léguas, e não param diante de montanhas nem de rios, cujas águas, empoçadas e estagnadas em *paués* que se formam no leito, o deixam quase todo seco” (109).

Virgílio era contrário ao sistema “bárbaro” dos incêndios, posto anualmente em prática nos sertões, prevendo que ao longo dos anos a terra

ficaria estéril, coberta de urzes, espinhos, arbustos e outras espécies de plantas que brotam em terrenos áridos e secos.

No fim do século XIX, as queimadas atingiam grandes extensões de matas virgens na região do Cerrado. O solo era “limpado” para o plantio das culturas de mandioca e milho ou para regeneração das pastagens. Após a derrubada da vegetação, queimavam-se os restos secos, preparando o solo para o plantio.

“Depois de limpa a terra, com algum trabalho de enxada, planta-se uma ou mais vezes, conforme a fecundidade do solo e a estação do ano “(61). Virgílio de Mello condenou o sistema da coivara, que esgota o solo. As matas extintas eram substituídas por carrascais que se transformam em campos.

Outra consequência correlacionada à prática das queimadas são as doenças respiratórias, agravadas pela baixa umidade do ar. Interessante registro a esse respeito foi feito, em 1824, por Raymundo Cunha Mattos, governador da província de Goiás. (1823-1826). Ele relata que “a putrefação das folhagens das árvores e dos peixes que ali morrem, exalam miasmas, pestilências que corrompem a atmosfera, produzem febres terçãs e outras enfermidades.” Cunha Mattos foi um homem a frente de seu tempo. Em 1824, revelou sua preocupação com o meio ambiente. Em seu relatório, sobre as condições socioeconômicas da província de Goiás, afirmou que para acabar com o desflorestamento era preciso implantar uma política de preservação ambiental: “As queimadas dos campos, tem de tal forma estragado as terras da comarca, que antigamente eram um

contínuo bosque, e que dentro de poucos anos será necessário lançar mais (já se deveria a muito ter lançado) de um novo sistema de agricultura” (271).

Uma imagem que até hoje causa admiração no Tocantins é produto do fenômeno meteorológico que se observa no céu na época das queimadas: a densa camada de fumaças na atmosfera que escurece o céu e o nevoeiro quando encobre o sol, deixa-o com aspecto de um pequeno disco vermelho, “semelhante a uma gota de sangue.” Esse fenômeno que chama atenção foi descrito, em 1893, por Antonio Pimentel, médico e membro a *Comissão Exploradora do Planalto Central*, chefiada por Luís Cruls.⁵

Nesse momento da tarde, o viajante dessas regiões quase deserta sente uma extraordinária impressão, misto de dó, de assombro, de saudade, que se experimenta e não se descreve. Tal impressão é incrementada pelo completo silêncio melancólico da natureza, o que, por seu turno, aumenta ainda mais a monotonia do aspecto sombrio do ar cinzento, do crepúsculo vespertino, e uma sensação de vago, de indefinido, uma tristeza mortal apodera-se do viajor. (287)

⁵ A Comissão Exploradora do Planalto Central era chefiada por Luís Cruls e estava encarregada de levantamentos geográfico e geológica, sobre a fauna e a flora, as patologias e, especialmente, o clima, da província de Goiás para o desenvolvimento da região.

Antônio Martins de Azevedo Pimentel viu, através da paisagem crepuscular, a materialização das queimadas e lastimou pelo desaparecimento de florestas inteiras “desde a época das descobertas dos bandeirantes no século XVII até nossos dias” (289).

Durante o século XIX, as observações produzidas acerca da paisagem no interior do Brasil se transformaram assim como as próprias florestas. Os primeiros desbravadores da colônia queriam encontrar jazidas de ouro e pedras preciosas, e, enquanto isso não ocorreu, dedicaram-se a preação de índios para servirem aos colonizadores portugueses estabelecidos no litoral.

Os naturalistas que visitaram o território do Tocantins, no contexto da decadência das minas, perceberam transformações na paisagem, pelo efeito das queimadas. Entre suas preocupações figurava o dano irreparável a biodiversidade, produzida pelas chamas que consumiam as matas, extinguindo importantes evidências para compreensão da evolução das espécies. Também é lugar comum aos viajantes que percorreram o interior do Brasil inferir que a gênese do atraso econômico do Tocantins, deve-se à apropriação inadequada dos recursos naturais e ao povoamento da região por ampla maioria de indígenas, considerados, aos olhos dos civilizadores, desprezíveis pela sua cultura e modo de vida.

Em relação ao desperdício dos recursos naturais no Tocantins, considerando-se diversos aspectos apontados pelos cronistas, há três séculos,

teoricamente, na atualidade, não se justifica as dificuldades no ordenamento da exploração desses recursos, voltado à atividade agro-exportadora e de produção de energia elétrica, mesmo considerando-se, que o mais recente estado da nação brasileira, possa estar inserido no projeto nacional, como economia periférica, considerando-se índices de desenvolvimento das outras regiões do país.

Cabe destacar a presença de populações tradicionais, outrora obstáculos a vencer não se constituíram em impedimento ao projeto nacional, convivendo no mesmo território, com as reservas indígenas, inseridos mesmo que marginalmente nas práticas capitalistas expansionistas que se acerca de todo o território brasileiro.

Desde o século XIX, intelectuais e ilustrados portugueses, membros de academias ligados aos diferentes ramos do conhecimento no Brasil, preocupados com a questão ambiental, alertaram para a necessidade da preservação da biodiversidade, entre eles, José Bonifácio de Andrade e Silva, que após liderar o movimento pela independência do Brasil, em 1822, envia à Assembléia Geral Constituinte uma representação contra a escravidão. No documento ele prevê para o Brasil, em menos de dois séculos, caso persista o desflorestamento, a transformação da paisagem: em vez de matas, o deserto.

Nossas preciosas matas vão desaparecendo vitimas do fogo e do machado destruidor, da ignorância e do egoísmo. Nossos montes e encostas vão-se escavando diariamente, e com o andar do tempo

faltarão as chuvas fecundantes, que favoreçam a vegetação, e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil em menos de dois séculos ficará reduzido aos *páramos* e desertos áridos da Líbia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos. (20)

A devastação do Cerrado pela expansão das plantações e da pecuária, principalmente por causa do modelo de produção extensivo, que chega a destinar mais de um hectare para cada boi, não pode ser concebido como um “preço do progresso”, ao estilo da visão hoje, mas sim como um “preço do atraso”, uma continuidade de práticas rotineiras estabelecidas nos primórdios da colonização.

Obras citadas

- Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- Cabral, Diogo de Carvalho. "Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa." *Varia História* 24.39 (2008): 113-133.
- Castelnau, Francis. "Relatório dirigido ao ministro de instrução publica do Império. Goiás, 22 de outubro de 1844." *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* 7 (1866).
- Coutinho, José da Cunha de Azevedo. "Memória Sobre as Minas de Ouro lida na Academia Real das Ciências de Lisboa, publicado em 1804." *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* 61 (1898).
- Couto, José Vieira. "Memória sobre a Capitania de Minas Gerais." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 11 (1848).
- Dean, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Franco, Virgílio Mello de. *Viagens pelo interior de minas Geraes e Goyaz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888
- Gardner, George. *Viagem no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

Mattos, Raymundo José da Cunha. "A Chorographia da Província de Goiás."

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 37 (1874).

Martius, Carl F. P. von. "A fisionomia do reino vegetal no Brasil." *Arquivos do*

Museu Paraense 3 (1824): 239-71.

Miller, Shawn William. *Fruitless Trees: Portuguese Conservation and Brazil's Colonial*

Timber. Stanford, California: Stanford University Press, 2000.

Pimentel, Antonio Martins de Azevedo. "O Brasil Central." *Revista do Instituto*

Histórico Geográfico Brasileiro 68 (1907).

Saint-Hilaire, August de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte:

Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

_____. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. V. 1. Rio de Janeiro:

Companhia Editora Nacional, 1938.

Silva, Jose Bonifacio de Andrade e. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e*

Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. Rio de Janeiro: reimpresso

na Tipografia de J. E. S Cabral, 1840.

Worster, Donald. "Para fazer história ambiental." *Estudos Históricos* 4.8 (1991).